

A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DO ART. 935 DO CÓDIGO CIVIL

HUMBERTO EUSTÁQUIO SOARES MARTINS*
Desembargador do Tribunal de Justiça de Alagoas

A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO DO ART. 935 DO NOVO CÓDIGO CIVIL. RELATIVAÇÃO DA COISA JULGADA.

1. Colocação do Tema.

Toda atividade científica é um envolvente desafio, que seduz o pesquisador, estimulando a debruçar-se sobre o objeto pesquisado na ânsia de desentranhar uma verdade científica. No direito, ciência do dever-ser, não existem certezas matemáticas. Toda a informação pode ser questionada, em nome da busca incessante das leis que governam esta apaixonante ciência.

Pois bem.

O objetivo do presente trabalho reside na seguinte reflexão:

As instâncias de responsabilidade criminal e civil são independentes, de modo que cada uma deverá exercitar o seu processo de atribuição de responsabilidade ao hipotético infrator. Todavia esta independência não é absoluta, pois o art. 935 do Novo Código Civil, seguindo a esteira da legislação anterior, preleciona, empós explicitar a independência das instâncias, que a discussão a respeito da materialidade do fato e da autoria não poderá ser empreendida na seara civil, quando tal matéria se encontrar resolvida no juízo criminal.

Neste sentido a uníssona jurisprudência pátria. Verbis:

DIREITO CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACTIO CIVILIS EX DELICTO. INDENIZAÇÃO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. EXTINÇÃO DO PROCESSO CÍVEL EM RAZÃO DA SENTENÇA CRIMINAL ABSOLUTÓRIA QUE NÃO NEGOU A AUTORIA E A

MATERIALIDADE DO FATO. ART. 1525 CC. ARTS. 65 A 67
CPP. RECURSO PROVIDO.

I - Sentença criminal que, em face da insuficiência de prova da culpabilidade do réu, o absolve sem negar a autoria e a materialidade do fato, não implica na extinção da ação de indenização por ato ilícito, ajuizada contra a preponente do motorista absolvido.

II - A absolvição no crime, por ausência de culpa, não veda a *actio civilis ex delicto*.

III - O que o art. 1.525 do Código Civil obsta é que se debata no juízo cível, para efeito de responsabilidade civil, a existência do fato e a sua autoria quando tais questões tiverem sido decididas no juízo criminal.

Diante do preceito encartado no art. 935 do Novo Código Civil, bem como da autorizada jurisprudência, numa hipótese de viveiro, imagina-se que numa ação de danos morais e materiais movida contra uma empresa por ato de seu preposto, quando a materialidade do fato e a definição da autoria se encontrar definida no juízo criminal, condenando, portanto, aquele preposto, terá a coisa julgada assim emanada eficácia com relação àquela empresa, na órbita civil?

Com essa indagação guardada na retentiva convidamos o leitor para um diálogo científico a respeito deste tema, bem como das profundas implicações incidentes na seara constitucional e processual civil.

2. O princípio do devido processo legal e do contraditório, dogmas constitucionais.

Todo o poder emana do povo, e este o exerce diretamente ou por intermédio de representantes eleitos. Num Estado Democrático de Direito a pedra de toque que sustenta toda a edificação é a Constituição. Este texto regula em pormenores o estabelecimento das regras que permitem o exercício do poder constituído, limitando suas ações através da

previsão de normas e garantias fundamentais, que asseguram ao cidadão mecanismos de defesa em face do Estado.

São os direitos e garantias fundamentais as limitações impostas ao Poder Político como forma de preservar na esfera particular a reminiscência daqueles valores que lhe são inatos. Determinados vetores pertencem ao indivíduo como características peculiares à sua própria alma. Pertence ao ser humano como algo que lhe transcendem o ingresso na sociedade.

Dentre tais magnos princípios ergue-se, com maestria, o dogma do devido processo legal, oriundo do direito americano. Possui dois prismas. O primeiro relativo ao seu aspecto formal, traduz-se na garantia outorgada ao indivíduo de ter sua pessoa e bens somente despojados, quando lhe for assegurado o exercício de mecanismos que lhe garantam influir na decisão pronunciada pelo Estado-Juiz.

No que se refere à ótica material do princípio do devido processo legal, cumpre ressaltar que este significa uma tradução do vetor da proporcionalidade ou razoabilidade. Lúcidas, neste sentido, são as palavras de Fredie Didier Júnior. *Verbis*:

Essa semelhança entre a proporcionalidade e devido processo legal substancial é, a nosso ver, muito interessante para a nossa análise, por vários motivos: a) como adiantado acima, ajuda a esclarecer o conteúdo do devido processo legal substancial, que, abstratamente considerado, é vago e impreciso; (...)

E ainda da pena daquele mestre o seguinte escólio:

Surge, assim, o denominado princípio da proporcionalidade em sentido estrito (...) ou da ponderação de interesses. A construção deste princípio é, segundo afirma Bonavides, o mais importante mecanismo jurídico de proteção eficaz da liberdade de nossos dias. Exerce, sem dúvida, papel fundamental na concretização de direitos fundamentais, sendo, nas palavras de Eberhard Grabitz, espécie daqueles princípios constitucionais que desempenham um notável e

destacado papel na judicatura da Corte Constitucional, basicamente na harmonização de possíveis conflitos entre princípios constitucionais, freqüentes, por exemplo, na aplicação da Constituição Econômica, procurando estabelecer um iter procedimental lógico seguro na tomada de uma decisão, de modo a que se alcance a justiça do caso concreto.

E no que nos interessa neste trabalho, conclui, com propriedade, o referido mestre baiano:

Como poderia o magistrado punir alguém, sem que lhe tenha dado a chance de manifestar-se sobre os fundamentos da punição; por exemplo, demonstrando que os fatos em que se baseia o magistrado ou não ocorreram ou não permitem a aplicação da sanção? Seria punir sem ouvir; seria condenar sem dar a chance de defesa. Não é possível a aplicação de qualquer punição processual, sem que se dê oportunidade de o 'possível punido' manifestar-se previamente, de modo a que possa, influenciar no resultado da decisão

O princípio do contraditório deriva inexoravelmente do princípio do devido processo legal, de forma que existiria no ordenamento jurídico, independentemente de previsão expressa, ante a enunciação daquele primeiro princípio.

O contraditório constitui uma forma de legitimar o poder, mediante a participação no processo dos sujeitos envolvidos, de forma que contribuem para a formação do provimento final, dissolvente do conflito de interesses.

Não se tolera a construção do procedimento judicial sem que se oportunize aos litigantes o poder de influir em tal edificação, emitindo manifestações, requerendo a produção de provas em prol de seu querer, dentre outras faculdades. Um processo, seja ele judicial ou administrativo, somente adquirir foros de justiça quando são assegurados o direito do litigante de ser ouvido, que suas palavras serão objeto da cognição judicial. Sintetiza o conceito do contraditório o magistério de Alexandre Freitas Câmara. *Verbis*:

(...) significa dizer que o processo – o qual deve, sob pena de não ser verdadeiro processo, ser realizado em contraditório – exige que seus sujeitos tomem conhecimento de todos os fatos que venham ocorrer durante seu curso, podendo ainda se manifestar sobre tais acontecimentos.(...) Podemos, assim, ter como adequada a afirmação de Aroldo Plínio Gonçalves, para quem o contraditório (em seu aspecto jurídico) pode ser entendido como um binômio: informação + possibilidade de manifestação

Por conseguinte, são o contraditório e o devido processo legal as vigas mestras de qualquer modalidade de processo, permitindo a vivência do ideal democrático. Sua supressão em processo significa a transmutação deste em procedimento de índole inquisitorial, onde se abandona a construção de verdade justa, escopo maior da Jurisdição, pela observância das paixões e vaidades de uma casta do poder dominante. A decisão emanada dos órgãos jurisdicionais somente poderá ser aceita e observada pela sociedade em geral, quando respeitados forem os dogmas do contraditório e do devido processo legal.

3. Limites subjetivos da coisa julgada.

A regra veiculada no art. 935 do Novo Código Civil deve ser apreendida semanticamente no sentido de que sua letra não alcança a situação de ausência de participação no processo crime do ator processual, que figura como demandado no feito proposto no âmbito civil. É justamente a eficácia subjetiva da coisa julgada que edifica tal raciocínio.

A coisa julgada, conforme reza o art. 472 do Código de Processo Civil: “A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando, nem prejudicando terceiros...”. Os terceiros, perante a coisa julgada, assumem diversas posturas. Seguindo a tradicional classificação dos terceiros perante a incidência da coisa julgada elaborada por Túlio Enrico Liebman, Moacyr Amaral deduz três categorias de terceiros. A primeira relativa aos terceiros indiferentes, os quais encontram-se desafetados pela força da coisa julgada, não sofrendo qualquer prejuízo a mercê desta. A segunda categoria é o dos terceiros

interessados praticamente que são abalados por prejuízo de natureza econômica, todavia não pode insurgir-se em face da coisa julgada, ante o divórcio com o interesse jurídico. Por fim, sobressaem os terceiros juridicamente interessados: agrupados em terceiros que têm o interesse igual ao das partes litigantes em juízo; e terceiros que possuem interesse inferior ao das partes. Em relação a estes últimos, são sábias as palavras de Amaral Santos. *Verbis*:

Noutro grupo (categoria C2) acham-se os terceiros cujo interesse jurídico é de categoria inferior ao das partes. Diz-se que o seu interesse jurídico é de categoria inferior ao das partes porque são titulares de relação jurídica dependentes da relação jurídica julgada no processo. Tais terceiros estão sujeitos à sentença, com a faculdade de insurgir-se contra ela, demonstrando a sua injusta ou ilegalidade. (...)

Desfruta o terceiro, do poder de insurgir-se contra a coisa julgada, debelando a sua injustiça. Para os litigantes o comando sentencial possui efeitos de presunção absoluta, enquanto para os terceiros presunção *juris tantum*, podendo estes voltar-se contra aquela, discutindo sua justiça.

Em arremate, buscamos o auxílio de Leonardo de Faria Beraldo, o qual com precisão, sustenta:

(..) a *res judicata* não pode beneficiar nem prejudicar terceiros estranhos ao processo. E o principal fundamento para tal é de cunho político e bastante óbvio, qual seja, o terceiro não teve direito ao contraditório, logo, não pode ser prejudicado pela imutabilidade e intangibilidade da coisa julgada.

4. Relativização da coisa julgada.

Ganhou bastante fôlego na doutrina e jurisprudência a relativização da coisa julgada, dantes concebida como um dogma intocável, passou a ser vislumbrada como um instituto processual passível de desconsideração, quando sucumbente diante dos princípios constitucionais. Noutro dizer, quando a coisa julgada se porta em contradição com o bloco de constitucionalidade expresso pelo Poder Constituinte não se pode tolerar

tal atrito, suplantando-se, por conseguinte, o império da coisa julgada. Perlustra tal entendimento Paulo Roberto de Oliveira Lima, eis suas palavras:

O princípio da legalidade não pode ser sacrificado em homenagem à coisa julgada, tampouco o princípio da isonomia. No choque entre uns e o outro, a imutabilidade tem de ceder passagem àqueles princípios basilares do constitucionalismo nacional.

É patente o intrínseco relacionamento entre a coisa julgada e o princípio da segurança jurídica. Diante da incerteza do direito, as relações sociais navegam à míngua de uma orientação que lhes permita gerência. Esta advém da conformação da segurança jurídica, que imprime estabilidade à interação intersubjetiva. Sem o princípio da segurança jurídica, as relações sociais perdurariam pela infinitude do tempo sem uma certeza. Todavia não se pode entrever o ordenamento jurídico somente através das lentes da segurança jurídica, ao lado desta, flutua, como outro norte essencial, o princípio da justiça, que hodiernamente injeta àquela uma conformação, de um princípio instrumental da justiça. Dessa forma a segurança jurídica não pode ganhar o status de fim em si mesmo, sendo um meio adotado pelo direito vigente de galgar o princípio da justiça. Diante deste novo contexto há uma afetação direta nas formas adotadas pelo direito, que reduz sensivelmente estas, decaindo, por conseguinte, o formalismo estéril de outrora.

O processo antes refém das formalidades despiu-se da frieza da lei, incorporando a missão de não somente compor as lides, mas também o fazê-la de modo justo. Não se contenta a sociedade com o emprego dos singelos meios processuais de pacificação exigindo à adequação com o ideal de justiça. Consoante ensina Ovídio A. Baptista da Silva:

para o empresário moderno, sempre que ele tenha de sujeitar-se a uma controvérsia judicial, é mil vezes preferível uma rápida derrota do que uma vitória demorada ou parcial,

que ainda deixe pontos litigiosos capazes de alimentar novas demandas posteriores

Guardando no bolso do colete tais afirmações, observa-se o declínio da intocabilidade da coisa julgada. Exemplo notável deste novel prisma é o dilema processual travado nos nossos tribunais, intitulado “DNA e Justiça”, onde a configuração da negativa de paternidade, diante de exame peculiar, é confrontada pela coisa julgada advinda de processo onde não fora colhida a prova através de apreciação de DNA, tendo a decisão judicial, em face de outras provas, concluído pela paternidade. Eduardi Silva Costa, em abalizado estudo, se reporta a esta controvérsia, assinalando:

(...) Então, emerge daí um autêntico conflito, criado pelo acórdão mesmo, entre a segurança jurídica e a justiça. Por isso mesmo, sem que se preconize desautorizar-se a coisa julgada, ‘a santidade da coisa julgada’, como caracteriza Radbruch, o que seria um sacrilégio jurídico, é de se lembrar com o mesmo Radbruch, que a ‘segurança jurídica é uma forma de justiça’ e assim o embate desta com aquela representa um conflito da justiça com ela mesma, donde advertir o grande jusfilósofo que ‘esse conflito não pode resolver-se de modo unívoco.

Deverá prevalecer no caso aqui comentado a segurança jurídica, mesmo que importe grave injustiça? Será que a idéia de segurança jurídica deve comportar a negação da idéia de justiça, só para não se desacatar a coisa julgada?

Ainda focalizando a polêmica “Justiça e DNA”, impende ressaltar que outro não é o entendimento do Ministro do Superior Tribunal de Justiça José Augusto Delgado:

A sentença não pode expressar comando acima das regras postas na Constituição, nem violentar os caminhos da natureza, por exemplo, determinando que alguém seja filho de outrem, quando a ciência demonstra que não o é. Será que a sentença, mesmo transitada em julgado, tem valor maior que a regra científica? É dado ao juiz esse ‘poder’ absoluto de contrariar a própria ciência? A resposta, com certeza, é de cunho negativo.

O caminho a ser seguido na hipótese de conflito entre o dogma da coisa julgada e os princípios constitucionais é adotar a ponderação imposta pelo princípio da proporcionalidade ou razoabilidade, encarado com a versão substancial do princípio do devido processo legal, o qual possui assento constitucional no art. 5º, inciso LIV. Diante de tal contrariedade deve-se sopesar os valores em conflitos, buscando extrair uma síntese que salvguarde os princípios constitucionais, relativizando a coisa julgada, de forma que se atinja o ideal de justiça, balizamento este imposto a qualquer cogitação no universo do direito.

5. Interpretação conforme a Constituição.

Nem sempre a dicção das normas jurídicas soa clarividente. Vastas vezes necessário se faz mergulhar nas entranhas normativas, mediante o exercício da atividade hermenêutica, a fim de desvendar o seu sentido. A ciência que se ocupa da interpretação das normas suplantando as incertezas e obscuridades é a hermenêutica. Sendo caracterizada como "determinação do sentido da norma, o correto entendimento do significado dos seus textos e intenções, tendo em vista a decidibilidade de conflitos..." (36).

Nesta trilha, importa observar que a interpretação das normas postas no sistema jurídico deve ser realizada tendo como paradigma os postulados constitucionais. Noutro dizer, a maior relevância da exegese jurídica reside justamente na compatibilização desta atividade com o texto constitucional. Cuida-se da interpretação conforme a constituição. Dentre as variantes interpretativas das normas jurídicas, deve-se privilegiar aquelas que encontre abrigo na Carta Política. Há uma genuína decisão exercitada pelo intérprete de iluminar somente as interpretações compatíveis com a Constituição.

A interpretação, conforme a Constituição, alicerça-se na supremacia da Carta Constitucional. Todas normas do ordenamento jurídico

haurem sua validade nesta, devendo, por conseguinte, terem o seu arcabouço de eficácia compatível com o Texto Maior . Este “é reputado como uma pedra angular, em que assenta o edifício do moderno direito político” . As normas postas pelo legislador constituinte, influenciam as de natureza infraconstitucional, moldando o seu conteúdo, de forma que não haja desvio do padrão constitucional. Com efeito, a interpretação conforme a Constituição busca, justamente, resguardar a rigidez do sistema, imprimindo as normas inferiores um sentido que as salve da qualificação de inconstitucional.

Ressalte-se que “não terá cabimento a interpretação conforme a constituição quando contrariar texto expresso da lei, que não permita qualquer interpretação em conformidade, pois o Poder Judiciário não poderá, substituindo-se ao Poder Legislativo (leis) ou Executivo (medidas provisórias), atuar como legislador positivo, de forma a criar um novo texto legal” . A missão do Judiciário não é criar a norma para o caso colocado sob o abrigo de sua cognição, mas, sobretudo, de aplicar coativamente a regra pré-existente. Com efeito, a compatibilização das normas infraconstitucionais com o Texto Maior não autoriza ao Julgador o poder de, em descompasso com a separação dos poderes, adentrar na esfera legislativa solapando a sua função precípua de exprimir as formas de criação do direito.

A interpretação conforme a Constituição possui um caráter de garantia de preservação do sistema normativo, de vez que conserva a validade da norma fustigada, mantendo-a viva e operante no ordenamento jurídico. Neste sentido, é lapidar o magistério de Paulo Bonavides:

Como se vê esse meio de interpretação contém um princípio conservador da norma, uma determinação de fazê-la sempre subsistente, de não eliminá-la com facilidade do seio da ordem jurídica, explorando ao máximo e na mais ampla latitude todas as possibilidades de sua manutenção. Busca-se desse modo preservar a autoridade do comando normativo, fazendo o método do ‘favor legis’ ou do ‘favor actus’, ou seja,

instrumento de segurança jurídica contra declarações precipitadas de invalidade da norma. Presume-se, pois, da parte do legislador, com uma constante ou regra, a vontade de respeitar a constituição, a disposição de não infringi-la. A declaração de nulidade de lei é o último recurso de que lança mão o juiz quando, persuadido da absoluta inconstitucionalidade da norma, já não encontra saída senão reconhecê-la incompatível com a ordem jurídica.

(grifamos)

Frise-se que a interpretação conforme a Constituição, nos termos do seu delineamento imposto pelo Supremo Tribunal Federal, pode assumir as seguintes formas: (a) interpretação conforme com redução do texto, no qual há uma restrição do texto legal; (b) interpretação conforme sem redução de texto, conferindo à norma uma determinada interpretação que lhe preserve a constitucionalidade; (c) interpretação conforme sem redução do texto, excluindo da norma impugnada uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade.

Vislumbradas as espécies de interpretação conforme a Constituição, podemos seguir viagem e aportar na conclusão deste trabalho.

6. Conclusão.

Na hipótese agitada no presente labor, vale bisar, numa ação de danos morais e materiais movida contra uma empresa por ato de seu preposto, quando a materialidade do fato e a definição da autoria se encontrar definida no juízo criminal, a coisa julgada decorrente não pode estabilizar a discussão a respeito da materialidade e definição de autoria na instância civil, sob pena de contrastar com os princípios constitucionais do contraditório e do devido processo legal. Não pode a norma involucrada no art. 935 do Novo Código Civil, que excepciona a independência das instâncias, ser apreciada literalmente. "O elemento literal é de pobreza franciscana, e utilizado isoladamente pode levar a verdadeiros absurdos, de sorte que o hermenêuta pode e deve utilizar todos os elementos da

interpretação, especialmente o elemento sistemático, absolutamente indispensável em qualquer trabalho sério de interpretação, e ainda o elemento teleológico, de notável valia na determinação do significado das normas".

Ou seja, não se pode engessar a discussão a respeito da materialidade e da autoria no juízo civil, por não ter a empresa no processo criminal tido a oportunidade de dele participar, utilizando-se de todos os meios e recursos que lhe disponibilizam o ordenamento jurídico.

Dessa forma, a exegese do art. 935 do Novo Código Civil não pode ser depurada no sentido de impor a supressão de discussão da materialidade e da autoria na hipótese de ação civil de responsabilidade movida em desfavor da empresa em que labora o autor do fato, réu no processo criminal, que iria propagar efeitos na seara civil.

Cuida-se de interpretação conforme sem redução do texto, excluindo da norma impugnada uma interpretação que lhe acarretaria a inconstitucionalidade. Salvaguarda-se a constitucionalidade do art. 935 do Novo Código Civil, dentro do contexto enfocado, afastando-se a incidência da coisa julgada na seara civil.

Ademais, diante da classificação de terceiros dotados de interesse jurídico, ou seja, colocando sob o abrigo do olhar os limites subjetivos da coisa julgada, observa-se que terceiros com interesse inferior ao das partes constitui justamente a hipótese dissecada nesta reflexão, onde a coisa julgada formada na ação criminal não interfere na ação civil ex delicto, por não ter o terceiro (leia-se empresa) participado daquela demanda. É, por conseguinte, terceira interessada cujo interesse é de categoria inferior ao das partes, naquela hipótese de viveiro, a empresa, de tal arte que poderá fustigar a coisa julgada ali formada, demonstrando sua injustiça, mediante alegações e produção de provas.

Paradigmático, neste sentido, é o acórdão abaixo emanado do Superior Tribunal de Justiça. *Verbis*:

PROCESSO CIVIL. LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA. PROTEÇÃO DO TERCEIRO QUE NÃO INTEGROU A RELAÇÃO PROCESSUAL. POSSUIDOR DESALOJADO EM DECORRÊNCIA DE ORDEM DE DESPEJO PROFERIDA EM AÇÃO DA QUAL NÃO PARTICIPARA. VIOLAÇÃO DAS GARANTIAS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO. INÉPCIA DA INICIAL. CONVERSÃO PARA IMPROCEDÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE NA ESPÉCIE. CPC, ARTS. 295, 472 E 515. RECURSO PROVIDO.

I - A sistemática do Código de Processo Civil brasileiro não se compadece com a extensão da coisa julgada a terceiros, que não podem suportar as conseqüências prejudiciais da sentença, consoante princípio com teto no art. 472 da lei processual civil.

II - Não tendo o possuidor, por qualquer forma, integrado a relação processual, de onde emanou a sentença cuja execução importou em ordem de despejo, contra ele expedida, pode valer-se da ação possessória, uma vez violado o direito de não ser o possuidor prejudicado por sentença dada entre vendedor e compradora, e de não ser desalojado, sem as garantias do *due process of law*, da posse que vinha exercendo.

III - Tendo a sentença indeferido a petição inicial, por inépcia, antes da citação, por impossibilidade jurídica do pedido, vedado era ao Tribunal interpretar os fundamentos da sentença como improcedência do pedido, suprimindo um grau de jurisdição e pronunciando-se sobre o *meritum causae*.

(grifamos)

Por derradeiro, mesmo que houvesse alcance da coisa julgada a situação exemplificada neste labor, ainda tal coisa julgada seria inconstitucional, por violar os princípios do contraditório e devido processo legal, requestando a sua relativização, para efeito de adequar-se ao sistema constitucional em vigor.

Ergue-se uma releitura do art. 935 do Novo Código Civil, distanciando-se de sua pueril literalidade, e em permeio com a

Constituição. Interpretar segundo a Constituição e alicerçada nos limites subjetivos da coisa julgada é respeitar os dogmas constitucionais do devido processo legal e do contraditório, dando-se um passo ao alcance da soberana justiça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

C. f. DIDIER JÚNIOR, Fredie. Direito Processual Civil. 1º Volume. 5ª edição. Salvador: Podium,, 2005

C. f. CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil. 1º volume.. 10ª edição. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

C. f. SANTOS, Moacyr Amaral. Primeira Linhas de Direito Processual Civil. 3º Volume. São Paulo: Saraiva, 1999.

A relativização da Coisa Julgada que viola a Constituição, José Augusto Delgado. Coisa Julgada Inconstitucional. 4ª edição, ed. América Jurídica, coord. Carlos Valder do Nascimento.

Paulo Roberto de Oliveira Lima. Teoria da Coisa Julgada. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999,

Humberto Theodoro Júnior, apud Efeitos da Coisa Julgada e os Princípios Constitucionais, José Augusto Delgado, 4ª edição, ed. América Jurídica, coord. Carlos Valder do Nascimento, p. 52-53.

Cf. BAPTISTA, Ovídio, Curso de Processo Civil. 1º Volume. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

Eduardi Silva Costa, Artigo: "Justiça e DNA", jornal "A Tarde, do Estado da Bahia, de 1º.9.2000.

C. f. MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 16ª edição. São Paulo: Jurídico Atlas, 2004.

C. f. SILVA, José Afonso da. Direito Constitucional Positivo. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 1996.

FERREIRA, Pinto. Princípios Gerais do Direito Constitucional Moderno, p.90, apud José Afonso da Silva, op. Cit.,.

C. f. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 13ª edição. São Paulo: Malheiros.

Cf. BRITO, Hugo. Curso de Direito Tributário. 24ª edição. São Paulo: Malheiros, 2004.